

POLÍTICAS DE CURRÍCULO: LUTA POR HEGEMONIA

Propostas curriculares produzidas no âmbito das secretarias de educação e demais órgãos gestores são, comumente, representadas por documentos que são enviados às escolas e recebidos por elas das mais variadas formas, pois tais textos são interpretados e recontextualizados pelos sujeitos de forma a aclimatá-los e a reconfigurar a versão curricular inicial. É nesse processo que as políticas de currículo são produzidas, ou seja, em meio à inter-relação entre sentidos elaborados no contexto de produção dos textos (secretaria), no contexto da prática (escola) e em outros setores da esfera social, que exercem influência sobre a política (BALL, 1992).

Na luta por significação do currículo, os sujeitos do contexto da prática se articulam de forma a legitimar as propostas que chegam à escola ou a se colocar em oposição a elas. A posição dos sujeitos no processo de produção da política de currículo tem por base determinadas demandas curriculares e, ao mesmo tempo, a oposição a um inimigo comum, um exterior constitutivo, contra o qual se deseja sobrepor. Somam-se a isso as relações de poder presentes na micro-política da escola e do poder central.

Muitas vezes, a oposição por parte da escola a uma proposta que vem do poder público é posta em termos de resistência do professorado à mudança e à inovação pedagógica. Embutida a essa fala, que coloca o professor como resistente às “novas” propostas, está a tentativa de tornar tais propostas *a priori* como a expressão

do universal. A proposta construída pelo poder público, ao passo que é entendida como o universal fixo, engendra sentidos que tentam legitimá-la como a única opção curricular válida e acertada.

A tensão entre particular e universal (LACLAU, 2001), nessa perspectiva, não é levada em consideração para se pensar a posição dos sujeitos no processo de significação do currículo. Isso contribui para a manutenção da visão de que quem se opõe a uma proposta o faz porque resiste a algo melhor e não porque defende outra visão particular de currículo, a qual pretende hegemonizar.

Diferentemente, defendo que a produção curricular é uma luta por hegemonia, na qual visões particulares de currículo estão em disputa com vistas à universalização temporária de apenas uma delas. É essa disputa entre particulares que garante a democracia na produção de políticas de currículo. O fato de haver oposição a determinadas propostas que chegam às escolas denota que o processo é democrático, pois democracia pressupõe disputa e dissenso, tensão entre particular e universal. A democracia, nesse caso, não significa o consenso em torno de uma única visão de currículo, mas a hegemonia provisória de uma visão particular de currículo.

.....

Sobre o (a) autor (a):

√ Danielle Matheus: Professora das séries iniciais do Colégio Pedro II, Mestre em Educação pela UERJ (sob a orientação de Alice Casimiro Lopes) e assistente de pesquisa do grupo "Currículo: sujeitos, conhecimento e cultura" (www.curriculo-uerj.pro.br)

Referências bibliográficas (ou textuais):

- **BALL, Stephen. The policy processes and the processes of policy. In: Bove, R.; Ball, S. & Gold, A. Reforming education & changing school: case studies in policy sociology. Londres – New York: Routledge, 1992.**
- **_____. Education reform – a critical and post-structural approach. Buckingham: Open University Press, 1994.**
- **LACLAU, Ernesto. Universalismo, particularismo e a questão da Identidade. In: MENDES, C. (coord.) Pluralismo Cultural, Identidade e Globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.**
- **_____. Inclusão, exclusão e a construção de identidades. In: AMARAL Jr., Aécio; BURITY, Joanildo (org.). Inclusão social, identidade e diferença. São Paulo: Annablume, 2006.**
- **MATHEUS, Danielle. Política de currículo em Niterói, Rio de Janeiro: o contexto da prática. (Dissertação). Rio de Janeiro: UERJ, 2009.**